

POLITICA

ALÉM DA NOTÍCIA

Um muro no vento

O ministro Aureliano Chaves sente-se responsável pelo advento do Governo Sarney e provavelmente não trilhará o mesmo caminho de seu correligionário Marco Maciel, que estaria desejoso de deixar o Ministério. Por conta desse estado de espírito, está disposto a aceitar o jogo de pressões montado para que o governador Orestes Quercia se tornasse o denunciador da legitimidade de sua presença no Governo.

Ora, o Ministro das Minas e Energia foi escolhido por Tancredo Neves e mantido pelo presidente Sarney, que já teve uma oportunidade para mudá-lo na última reforma. Não seria agora que o Ministro iria sair do Governo, apenas para atender aos reclamos de um governador ansioso pelo plano nacional, o qual deseja compartilhar com Ralph Biasi e outros.

Sairá, sim, na conveniência dos interesses administrativos do Governo e na medida de uma tomada de consciência por ele próprio, Aureliano. Haverá sempre uma elevação nos espíritos nessas negociações com o político mineiro, para que as coisas do poder não se tornem conversas de lavadeiras provincianas.

Aureliano Chaves quer contribuir, de seu modo, com o processo de que se julga flador moral. Sua permanência no Governo se insere, no seu plano de vista, como um ato de tornar ativo até mesmo o acaso do presidencialismo, na virada para o sistema parlamentar de governo. Retirando-se a corrente do PFL mineiro do governo, o presidente Sarney teria que se socorrer politicamente em Minas do governador Newton Cardoso, espírito bulçoso e inquieto, que não encontrou ainda o seu norte.

O Ministro mostra estar com espírito desarmado — o mesmo com que enfrentou a bateria de estudantes do Caco, ao que se sabe com campo de ação franqueado pela convivência do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente em competição ideológica contra o diretor da Faculdade de Direito. As falxas mais veementes de protesto eram, no entanto, contra o Governo Sarney, que seu patrono Aureliano ali encarnava.

UM JANTAR APOS O GOLPE

Na noite de quarta-feira, quando se procurava o governador Moreira Franco de ceca a meca, depois da reunião dos governadores em São Paulo, ele tranquilamente jantava em Brasília com João Manuel Cardoso de Melo, voltando na mesma noite ao Rio.

ARCHER, HERACLITO E AECIO UNISSONOS

O ministro Renato Archer e os deputados Heráclito Fortes e Aécio Neves, em uníssono, concordavam na noite de ontem:

— Querem-se derrubar o ministro Funaro, enquanto estiver em negociações no exterior, é impraticável.

DUVERGER EM BRASÍLIA

Como principal atração do seminário sobre formas de governo, que o recém-constituído grupo especial de Políticas Públicas do Ministério da Administração promoverá no final deste mês, o ministro Aluizio Alves mandou convidar o cientista político francês Maurice Duverger. Se houver uma brecha no seu movimentado calendário de conferências — que inclui uma viagem a Moscou em junho, estando lotado até outubro — Duverger poderá falar em Brasília sobre a possível futura forma de governo: o parlamentarismo no seu modelo misto, o francês, que dá ao Presidente da República uma revigorante sensação de que está no poder.

LEONARDO MOTA NETO

Maciel sai em maio

O ministro Marco Maciel está realmente arrumando as gavetas, preparando-se para deixar, em breve, a chefia do Gabinete Civil para assumir suas funções de senador constituinte por Pernambuco. O Ministro nega que esteja cansado do Governo. Acha que isso seria uma agressão, quando não uma grosseria ao presidente José Sarney, de quem continua amigo.

Ele deixará o Ministério atendendo a apelos de seus companheiros do PFL, que esperam contar com sua capacidade de trabalho para ajudar na organização do partido. Falam-se em vários nomes para substituí-lo, desde o ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, ao ministro Reinaldo Tavares, dos Transportes e ao deputado Prisco Viana, entre outros.

Quando à reforma ministerial, o Presidente não pode fazê-la agora, quando recebe um ultimato dos governadores Orestes Quercia, Moreira Franco, Newton Cardoso e Marcelo Miranda. Se houve combinações entre os quatro governadores e o presidente Sarney, como muitos acreditam, a manobra terminou em uma operação de quatro caminhões fora-de-estrada, segundo opinião consensual do PMDB e no Congresso.

O Presidente não poderia fazer a reforma ministerial agora, a menos que quisesse aparecer aos olhos do país como um fraco ou um títere. Como Sarney é um político experiente e de grande argúcia, não é possível que tenha participado de semelhante combinação para exibí-lo ao país como um Presidente fraco. O fato serviu, assim, para adiar uma iniciativa que todos consideram absolutamente indispensável para restaurar a paz política no país e diluir o grau de tormentos da opinião pública.

O Presidente da República fará a reforma ministerial no início de maio, segundo crença de alguns dos seus auxiliares mais importantes. A esta altura, o Sr. Dilson Funaro já não tem condições de permanecer no Governo. Nos meios políticos circulava ontem a informação de que ele pedira demissão ao Presidente da República, tão logo regresso dos Estados Unidos — e o pedido será aceito.

Ao mesmo tempo, o presidente Sarney tem pronto um "planinho" econômico, que será deslançado no decorrer deste mês de abril. Algumas medidas poderiam ser baixadas antes da Semana Santa — ou logo depois dela. As novas providências teriam a marca da austeridade. Seriam medidas duras para tornar mais rigoroso o combate à inflação.

Quando ao substituto de Dilson Funaro, a idéia é de que seria alguém com talhe mais conservador. O ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, que andou em alta pelas suas relações internacionais, descarta essa possibilidade, alegando que sofre de nefrite e não poderia enfrentar a roda-viva.

O nome mais falado, hoje, nos meios políticos é o do embaixador do Brasil em Washington, o banqueiro e ex-diplomata Marcílio Marques Moreira, pelo universo de relações que possui nos meios financeiros internacionais. No PMDB, admite-se geralmente que Funaro já não detém condições de continuar no comando da economia. Perdeu a credibilidade por conta dos insucessos do Plano Cruzado e já não tem ambiente nem no Palácio do Planalto para exercer suas funções.

TARCISIO HOLANDA



Os relatores das comissões estão preocupados com o prazo para a discussão das propostas

Ulysses propõe reuniões noturnas das comissões

As comissões e subcomissões temáticas vão ter reuniões a partir das 17h, depois das sessões plenárias da Constituição. Esta é uma das fórmulas que o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, deve adotar até segunda-feira para facilitar o trabalho dos presidentes e, principalmente, dos relatores. O Regimento só destina as manhãs para as reuniões das comissões e subcomissões.

Ontem, Ulysses insistiu na idéia de que a Nova Constituição deve ser promulgada ainda este ano. "Quanto mais cedo entrar em vigor uma Constituição progressista, no lugar da Constituição castrense, melhor para os milhões de brasileiros que a espe-

ram", afirmou. Ele está disposto a rever os prazos previstos no Regimento que dizem respeito aos relatores.

Pela manhã, presidentes e relatores de comissões e subcomissões se reuniram para discutir a prorrogação de prazos. Houve consenso apenas quanto à necessidade de ampliar o tempo, de cinco para 10 dias, que os relatores têm para dar parecer sobre emendas apresentadas ao seu anteprojeto. O deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, explica que a tarefa, além de técnica, requer articulações políticas.

Serra sugere que as reuniões aconteçam às terças, quartas e quintas.

Segunda-feira é dia de sessões da Câmara e do Senado e sexta todos os constituintes estão de volta aos seus Estados. O Regimento também permite sessões extraordinárias até mesmo aos sábados, domingos e feriados.

O prazo para apresentação de propostas ou projetos de alguns prazos no segundo cronograma, sem a necessidade de mexer na estrutura principal do trabalho, segundo Serra, Ele explicou que o regimento prevê que a apresentação das propostas deve ser feita diretamente à mesa do subcomissão que trata do assunto. A subcomissão receberá a proposta 5 dias antes de sua entrega ao relator (11 de maio).

Assim, se as propostas

forem encaminhadas diretamente à subcomissão, podem ter um prazo de apresentação até o dia 6 de maio.

A data de 15 de junho para encaminhar os trabalhos à comissão de sistematização também pode ser dilatada, levando-se em consideração a redução de alguns prazos no segundo cronograma, sem a necessidade de mexer na estrutura principal do trabalho, segundo informou José Serra. Ele disse, ainda, que todas essas sugestões foram encaminhadas, após a reunião de ontem, à mesa da Constituinte para apreciação e até a próxima segunda-feira a mesa poderá dar uma resposta às sugestões encaminhadas.

Assim, se as propostas

Sarney Filho discursa. Poucos ouvem

De nada adiantou mudar para o período da manhã as sessões das sextas-feiras da Constituinte, que continuaram tendo como marca registrada o esvaziamento do plenário. Ontem, terceira sexta-feira com o novo horário, apenas sete dos 559 constituintes estavam presentes para ouvir o último orador, e um deles, Ruy Nedei (PMDB/RS), dormiu debruçado sobre a mesa.

Os casais Rita e Gerson Camata (PMDB/ES), de um lado, e Marluce e Otomar Pinto (PTB/RR), de outro, conferiam ao final de sessão um clima familiar. E ao concluir seu discurso, o constituinte Ademar de Barros Filho (PDT/SP) acabou ganhando aplausos de todos os presentes, unanimidade até então não alcançada na Assembleia, graças ao reduzido número de ouvintes. Entre os quais não havia ninguém do Distrito Federal, única bancada que não pode alegar a desculpa de precisar viajar para ver as bases.

Aberta às 9h30min, com 11 constituintes em plenário, enquanto o regimento interno estabelece um quorum mínimo de 56, a sessão atingiu seu ponto máximo de frequência às 10h47min, com 37 presentes. O presidente da Assembleia Nacional, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, apenas compareceu no início, não ficando mais do que cinco minutos, voltando às 11h05min, para presidir por 20 minutos os trabalhos, e depois ao meio-dia, a fim de ouvir o pronunciamento do deputado Sarney Filho (PFL/MA).

A expectativa era de que o filho do Presidente da República usaria a tribuna, no horário destinado a temas constitucionais, para dar um recado do pai aos constituintes. Mas ele fez questão de incluir um "pessoalmente" no seu discurso de 23 laudas, ao se declarar favorável ao presidencialismo. E para quem não tinha alcançado a "sutileza", adiantou mais à frente que estava apresentando propostas dentro de sua linha de atuação parlamentar.

Mas as especulações sobre o recado presidencial se firmaram com a atitude durante o discurso do presidente da Constituinte, que chegou ao plenário nas primeiras palavras do filho do Presidente e saiu junto com ele, ao final do discurso, convidando-o para uma conversa reservada em seu gabinete. No trajeto, mais uma vez, assegurava Sarney Filho, que Ulysses chamou apenas com o Sarney que apresentara propostas constitucionais com base em sua experiência parlamentar.

— Sem entrar no debate sobre as vantagens ou desvantagens do regime parlamentarista, creio que, para um país como o nosso, em fase de desenvolvimento material intenso, a ação mais rápida e mais operante do Presidente da República é a mais adequada — pregava ele da tribuna, ressaltando que "o nosso presidencialismo não deve jamais ser um governo pessoal, mas um governo em que, não só o chefe do

Estado é escolhido pelo povo, mas também os seus representantes no Poder Legislativo".

No plano externo, Sarney Filho defendeu uma posição neutra do País em conflitos internacionais. Também propôs que seja proibida no Brasil a produção de artefatos bélicos nucleares; que a nova Carta Magna seja sintética; a defesa do meio ambiente e uma reforma tributária que considere não só a questão social como também os aspectos regionais.

RACHA

Quando deixou o plenário em companhia do deputado Ulysses Guimarães, a constituinte Raquel Cândido (PFL/RR) o sucedeu na tribuna, pregando o rompimento da Aliança Democrática. "O Brasil tem um governo sem planos e sem rumos a seguir", disse a deputada, acusando o PMDB de ostentar uma cara de governo para se beneficiar de cargos e outra de oposição para ficar bem com os eleitores.

O filho do Presidente parecia ansioso para fazer logo seu discurso. Chegou ao plenário às 10h45min, quando Nabor Júnior (PMDB/AC) defendia a coincidência de eleições diretas em 90, para um mandato de 4 anos, e subiu à mesa para falar com Jorge Arbage (PDS/PA), que presidia os trabalhos. Depois, sentado entre Sandra Cavalcanti (PFL/RJ) e Raquel Cândido, folheava sem parar seu discurso.

Sua movimentação, contudo, não parou aí. Deixan-

do as duas constituintes, sentou-se ao lado do senador Pompeu de Souza (PMDB/DF), com quem pareceu manter conversa reservada, já que ambos mudaram de lugar quando Jofran Frejat (PFL/DF) chegou e sentou-se na cadeira da frente. Depois, dando entrevista próximo à tribuna, acabou sendo reprimido por Fernando Santana (PCB/BA), que sem olhar quem conversava à sua retaguarda, pediu silêncio.

As conversas paralelas, aliás, foram uma constante durante toda a sessão. A desatenção aos oradores era total. Durante o discurso do deputado Konder Reis (PDS/SC), por exemplo, Sandra Cavalcanti era a única atenta. Assim mesmo, talvez porque ele a tenha prevenido antes — com um cochicho no ouvido quando chegou ao plenário — que elogiaria a sua gestão na presidência do BNH.

Tamanha era a desatenção, que Konder Reis usou o tempo de três constituintes: 15 minutos, quando o regimento lhe reservava cinco. Mas o deputado catarinense deu o troco, pagando com a mesma moeda dos oradores seguintes, saindo da tribuna para conversar com Sandra Cavalcanti no plenário. Não deve ter ouvido, assim, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) defender a reeleição para cargos públicos, ressaltando que não incluía em sua tese os atuais ocupantes deles, e Eduardo Bonfim (PC do B/AL), reafirmar a proposta de soberania nacional de seu partido.

Sua movimentação, contudo, não parou aí. Deixan-

Faltou quorum na Subcomissão das Garantias

A subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais preferiu correr o risco e marcou sessão ordinária para ontem à tarde, mas a inevitável aconteceu: faltou quorum e o presidente da subcomissão, deputado Antônio Mariz, teve que adiar a discussão de uma extensa pauta para a próxima segunda-feira.

Além de Mariz à sessão compareceu apenas o deputado Joaquim Haickel, que estava bastante animado: "Eu acho que devemos começar a distribuir as propostas existentes desde já. Devemos também, definir a pauta de audiências". As 16h, uma hora após o início previsto da sessão, os dois constituintes discutiram, melancolicamente, a pauta que seria posta em debate.

2ª FEIRA

Na próxima segunda-feira, se não faltar quorum, serão distribuídas propostas relativas a religião, penas de morte, ao idoso, a concursos públicos, a direitos individuais e a tributos já encaminhadas à subcomissão. (Veja na página 6 o andamento das Comissões e Subcomissões que já estão funcionando)

Sistema de governo será definido dia 22

No próximo dia 22, o País já poderá saber se a nova Constituição adotará ou não o regime parlamentarista de Governo. E aquele dia que a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo vai se reunir para conhecer o parecer do relator Egidio Ferreira Lima a respeito de um projeto apresentado pelo deputado César Cals Neto (PDS). A proposta é no sentido de que a Constituinte decida de imediato o regime político que será instituído no Brasil.

Embora já se encontrem nas mãos do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, há quase um mês, até ontem à noite o projeto não tinha chegado à Comissão de Organização dos Poderes. No final da tarde, o presidente do grupo reuniu-se com o relator e decidiram fazer um apelo objetivo a Ulysses para que enca-

mine a matéria o quanto antes.

DISPUTA

Se o parecer de Egidio Ferreira for favorável à proposta de César Cals, o plenário da Constituinte decidirá ainda este mês qual o regime de governo a ser adotado pela nova Carta Magna. Não se trata de uma decisão final, já que poderá ser alterada até a promulgação constitucional, mas servirá como parâmetro para o trabalho das diferentes comissões temáticas.

Antes mesmo de chegar à Comissão de Organização dos Poderes, contudo, o projeto está provocando intensas disputas. Na reunião de ontem da Subcomissão do Poder Executivo, por exemplo, o grupo decidiu lutar para que a proposta lhe seja remetida em primeira instância. Segundo o deputado Alberico Filho (PMDB) presidente do órgão,

"não se começa a construir uma casa pelo telhado".

PODER LEGISLATIVO

A Subcomissão do Poder Legislativo também reuniu-se ontem para debater o sistema de governo. O tema foi incluído numa lista de 22 itens relacionando as "questões prioritárias" a serem tratadas pelo órgão.

São os seguintes os demais assuntos que o grupo pretende abordar em caráter preliminar: sistema parlamentar unilateral ou bicameral, prazos de funcionamento do Congresso, solicitação de informações ao Executivo, imunidades parlamentares, número de deputados e senadores e duração dos mandatos respectivos, aprovação de funcionários graduados pelo Congresso, decreto-lei, elaboração do orçamento e comissões de inquirição.

Planificar, eis a questão

IRAM SARAIVA

Planejamento — segundo mestre Aurélio, significa "ato ou efeito de planejar", de fazer um plano ou planta de: projetar, traçar, etc. — foi palavra de uso proibido durante certo período da ditadura do Estado Novo getulista. Quem a usasse para manifestar o desejo de projetar algo, invariavelmente era carimbado oficialmente de comunista. Naquele período negro da História do Brasil o uso de determinadas palavras tinha o sentido de uma confissão para os esbirros do Estado Novo, que passavam a ver no infeliz um perigoso agente comunista internacional. Essa espantosa maneira de proibir certas palavras no uso diário pelas pessoas foi reeditada nos anos que se seguiram a marco de 64. O ex-deputado Seixas Dória, então governador de Sergipe, foi mandado para a ilha de Fernando de Noronha, para fazer companhia a outro governador deposto, Miguel Arraes, porque usara a palavra slogan no depoimento a um coronel que presidia um IPM sobre subversão em Sergipe.

Pois bem, feita a autocritica, planejamento hoje é palavra corriqueira que dá nome a um Ministério. E à frente desse Ministério estiveram homens insuspetados como Roberto Campos, Delfim Netto e outros, aos quais ninguém deve ter a petulância de acusá-los de comunistas, subversivos e outros qualificativos de muito uso durante a repressão política.

Bem, livre a palavra planejamento para uso verbal e prático, sem o risco de ser enquadrado numa Lei de Segurança Nacional ou Lei de Imprensa, cabe, então, a pergunta: por que não se planeja, com mais dedicação, a economia da Nação?

O Brasil colhe, este ano, a maior safra agrícola de sua História: mais de 65 milhões de toneladas de grãos estão sendo ensacadas em todo o território nacional pelos que acreditaram na palavra de ordem "plante que o Governo garante". E nossos agricultores acreditaram e aí está o resultado: uma supersafra.

Mais outra pergunta: o que fazer dessa supersafra? Não planejar, a contento, armazéns e silos para as 65 milhões de toneladas de grãos e os existentes estão, ainda, abarrotados por grãos da safra anterior e pelos que foram adquiridos com preciosas divisas no exterior.

A falta de planejamento, porém, no Brasil, infelizmente, não se restringe apenas à agricultura. Estão aí para exemplificar a secular seca do Nordeste, flagelo de milhões de patriotas nossos; o racionamento de energia elétrica em quase todas as regiões do Norte e Nordeste; até o racionamento de água há algum tempo em Florianópolis e, a partir dos próximos dias, na capital do País.

Esse estado de coisas caóticas por falta de planejamento não só afeta seriamente a economia nacional como contribui, e muito, para o aumento da tensão social do País, que hoje atinge um ponto crítico e ameaçador, de resultados, mesmo, imprevisíveis, neste momento em que o Brasil retoma sua caminhada democrática através da Assembleia Nacional Constituinte.

São do conhecimento geral os esforços que a máquina governamental emprende no sentido de dirigir a locomotiva. Mas as rodas desta tremam em andar fora dos trilhos, o que exige mais sacrifícios e esforços de todos na ajuda ao maquinista, que sozinho não terá condições de dirigir o comboio.

O presidente José Sarney, nas contingências atuais, tem que contar com a unanimidade da ajuda de seus ministros e assessores diretos, assim como com a compreensão do povo, esse pobre povo tão judiado e incompreendido durante os 21 anos de autoritarismo no País. Unidos, todos, povo e Governo, as forças vivas da Nação sairão vitoriosas de mais esse embate e a grande premiada será a Nação, esta grande Nação brasileira.

* Senador pelo PMDB de Goiás

Cartas do leitor

Lobos e cordeiros de esquerda e de direita

No dia 31 de março de 1987, foi promovido a Gen. O Cel. NILTON ALBUQUERQUE CERQUEIRA, responsável pela morte do famoso "Guerrilheiro" LAMARCA (será que você já ouviu falar?).

Até aí, tudo bem... Mas TUDO BEM MESMO. A ansiedade veio para beneficiar a todos. (Tanto Guerrilheiros como Torturadores...) E assim que é a RODA da vida.

POREM, me parece que certa cúpula de (***) está querendo se fazer de vítima, ou pelo menos, usar a situação, ou qualquer situação, para se sentirem "oprimidos", (coitadinhos) citando, sempre de forma muito perspicaz, que podem, ainda, (os participantes dessa cúpula), serem acusados em futuros processos contra antigos TORTURADORES. Pelo menos é o que podemos entender através do lançamento, no dia 31, do livro de um famoso Cel. chamado USTRA (será que você, por acaso, já ouviu este nome em algum lugar?), que visou, de um modo também muito PERSPICAZ, atingir um objetivo:

— CONSTRUIR UMA CLASSE DE VITIMAS (**). QUE TEM TOTAL FORÇA PARA SE DEFENDEREM DO MAL DA NOVA REPÚBLICA, QUEM SÁBE ATE DESTRUI-LA... UM RECAÇO

A Nova República não é, e nunca será perfeita. Nenhuma perfeição existe, e se estamos nesse estado deprimente, é porque assumimos esse ESTADO, ou pelo menos a MAIORIA assumiu, no dia 15 DE NOVEMBRO DE 1986.

Não estou aqui defendendo o Sir NEY e sua Cia, muito menos os ANALFACONSTITUINTES, porém, pelo menos não escondamos de nossa própria consciência a palavra: VOTEI, tá certo que não foi para Presidente... Mas, eu sabia que iria eleger TODO UM PODER CONSTITUENTE.

Portanto, não é justo que minorias, tanto direitistas, como esquerdistas, fiquem brincando com o PODER de meu voto, um voto totalmente ERRADO (Não é mesmo?) mas MEU VOTO.

LIÇÕES: I— Lobos vestidos de cordeiros e cordeiros vestidos de lobos sempre irão existir, tanto no pasto esquerdo, quanto no pasto direito.

II— Não é justo, e muito menos patriótico usar o estreme de todo um passado COVARDE, para destruir uma pequena nascente, que por incrível que pareça está enfrentando muitas e grandes pedras para poder BROTAR. CLAUDIA LESA, BrasíliaDF.